

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.471.498 - SP
(2019/0078843-5)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : JOSE MARIA CARDOSO FILHO
ADVOGADOS : WALTER ALEXANDRE DO AMARAL SCHREINER - SP120762
EDUVAL MESSIAS SERPELONI E OUTRO(S) - SP208631
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE TATUÍ
AGRAVADO : FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MANOEL GUEDES
PROCURADOR : ALEXANDRE NOVAIS DO CARMO E OUTRO(S) - SP228964

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. DEMISSÃO. PENALIDADE DECORRENTE DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. FUNDAMENTOS ADOTADOS PELA ORIGEM NÃO COMBATIDOS NA INTEGRALIDADE PELO ESPECIAL. SÚM. N. 283/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚM. N. 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A ausência de impugnação de fundamento autônomo apto, por si só, para manter o acórdão recorrido, atrai o disposto na Súm. n. 283/STF.
2. O provimento do recurso especial para revisar a demissão imposta em processo penal depende de revisão de coisa julgada. Essa tarefa exige, necessariamente, o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súm. n. 7/STJ.
3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator